



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Mapeamento Social dos conflitos da UHE de Estreito (MA) na Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem - Palmeiras do Tocantins (TO): Narrativas e resistências na luta pela terra

Autoria: Laylson Mota Machado (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins)

O presente work aborda sobre os conflitos enfrentados pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem em relação a Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). O objetivo desta pesquisa é apresentar os resultados da sistematização da experiência de mapeamento social realizado na comunidade. A metodologia desenvolvida partiu do work de campo realizado na comunidade, com uso da observação participante e entrevistas de histórias de vida com os moradores do acampamento. A partir disso, busca-se apresentar as narrativas de resistência pelo território que hoje ocupam, e as formas com que a comunidade tem buscado de enfrentar os conflitos contra os empreendedores da barragem. Desde a sua instalação da UHE de Estreito continua a impactar a vida das comunidades tradicionais, a partir disso, destaca-se a comunidade ribeirinha que luta pela terra ocupada e busca alternativas de subsistência na ocupação do território. Por meio disso, destaca-se a luta dessas populações ante as investidas dos grandes empreendimentos como o caso das Usinas Hidrelétricas. Cabe ressaltar que o Acampamento Coragem surge em 2015, em que pescadores/as e ribeirinhos/as ocupam a terra de posse do Consórcio Estreito Energia (CESTE), empreendedor da usina, como forma de reivindicar os direitos violados com a construção da barragem. Através dessas análises, evidenciou-se que mesmo após oito anos da construção da UHE de Estreito, a usina continua a impactar as comunidades ribeirinhas, traçando formas de impactar seus modos de vida, assim como, suas praticas profissionais que sofreu compulsoriamente após a construção da barragem.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: